

Democracia nas escolas

Maurílio Silva

Considero de vital importância para o desenvolvimento do processo educacional, a participação dos pais nas atividades escolares, principalmente nas discussões das condições de funcionamento das escolas.

Criadas com esse objetivo, as Associações de Pais e Mestres podem e devem ser o grande instrumento de fortalecimento do ensino público pela integração que propicia uma saudável forma de interação entre os segmentos discentes, docentes, autoridades e família.

O resultado da interação é a agitação da comunidade, como um todo, ao sistema educativo, sendo as APMs o conduto natural de pressão sobre as autoridades responsáveis, recaindo sobre o diretor da escola o encargo de lutar pelos pleitos advindos.

O Artigo 205 da Constituição Federal declina: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao

pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

A colaboração e participação da sociedade deve ir além do provimento de recursos através do recolhimento dos tributos; é indispensável a participação direta através das APMs com a renúncia a princípios ideológicos e político-partidários, os quais interferindo na atividade educacional, desagrada o sistema em prejuízo da formação do alunado.

É preciso afastar do meio escolar as influências político-partidárias para que não haja discrepâncias em relação às autoridades, cabendo às APMs a ligação Escola/ Comunidade/ Governo, instrumentalizando uma ação permanente para fluxo normal das atividades letivas e a defesa dos interesses do professorado, especialmente na sua luta pela valorização profissional e remuneração condigna.

Dentro do contexto de participação das comunidades pela via das APMs desnecessário seria a eleição direta de diretores para as escolas. A comunidade depois de analisar a atuação

pretérita de professores nas escolas, apreciar currículos e ouvir o corpo docente envolvido, recomendaria ao governo os nomes dos diretores bem como a destituição dos mesmos quando constatada a ineficiência de suas gestões.

Esta não deixaria de ser uma forma democrática de escolha dos diretores de escolas.

As eleições não têm sido, como vem sendo observado, o melhor caminho, dada a colaboração partidária e político-ideológica de que se revestem, resultando em greves intermináveis que prejudicam única e exclusivamente a população escolar.

Cabe, portanto às APMs a grande responsabilidade de recuperar a força do ensino público, estabelecendo os meios de entendimento com as áreas governamentais específicas, liberando os diretores da tutela da ardileza, dando-lhes autoridade para lutarem pelas escolas que dirigem.

■ **Maurílio Silva** é deputado distrital pelo PTR